

Lorena Cristina de Queiroz Forte

Emanuel Freitas da Silva

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT12: O currículo da sociologia na educação básica.

Sociologia e a Educação Integral nas Escolas de Ensino Médio de Fortaleza-CE.

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio representa uma etapa de formação intelectual, mas também, de formação humana significativa, de construção de identidades e de pertencimento a grupos distintos, de elaboração de projetos de vida. Assim, as mudanças globais na contemporaneidade e atreladas a isso as transformações no mundo do trabalho, demandam das escolas de ensino médio brasileiro a necessidade de repensarem seus currículos e de buscarem novas abordagens educativas. Para além da garantia de um conjunto de condições de acesso, permanência e qualidade no ensino, tais discussões também têm pautado as expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que os alunos devem adquirir nessa etapa da Educação Básica.

A escola pode se constituir como um espaço de reinvenção por melhores condições econômicas e sociais, lutando pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas essas mudanças devem ser incorporadas, adotando um novo posicionamento de convivência com os conhecimentos e com os estudantes. Precisam entender o jovem do ensino médio e percebê-lo como sujeito de direitos, com comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades próprias.

É diante de um público juvenil extremamente diverso, que traz para dentro da escola as contradições de uma sociedade, que o processo de ensino aprendizagem acontece. Assim, a socialização de jovens no espaço escolar não é simples e linear, afinal, nem sempre as lógicas escolares de socialização se aproximam das lógicas das culturas juvenis.

Os sistemas de ensino foram configurados nos moldes das sociedades industriais; e o século XXI vem trazendo novas demandas, exigindo redefinição desse modelo, tendo em vista que a informação está presente em tempo real na escola. Logo, enquanto as instituições escolares demonstram homogeneidade, sistematização e continuidade, os jovens exprimem flexibilidade, instabilidade e fragmentação, de forma que as dúvidas e incertezas permeiam a construção de suas identidades.

A educação no século XXI é voltada para o pleno desenvolvimento dos estudantes, para o ser humano em sua integralidade. Ou seja, não somente para conhecimento cognitivo, mas para a vida em sociedade, para a vida entre os diferentes; e a escola é uma comunidade de diferentes. Conforme Guará (2006, p.16) “a concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das

indagações e preocupações da educação”.

Desde 2 de junho de 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684 que alterou o artigo 36º da Lei de Diretrizes e Bases nº9394/96 - LDB, as disciplinas de Filosofia e Sociologia passaram a ser obrigatórias, em todos os anos do Ensino Médio. “A divulgação dos conhecimentos sociológicos é fundamental para desempenhar uma formação integral dos jovens na vida moderna diante das transformações globais na contemporaneidade, pois possibilita uma análise consciente e crítica dos processos sociais” (FERNANDES, 1954, p.93).

Como a educação, segundo Durkheim (1978) é um assunto eminentemente social, tanto pelas suas origens como pelas suas funções, questionamos em que medida a disciplina de Sociologia se insere na busca pela formação humana e integral dos estudantes, objetivando o pleno desenvolvimento do educando? Que espaço este componente curricular ocupa no processo de ensino aprendizagem, a partir de um currículo crítico, tendo como alicerce a realidade existente e que necessita de transformação.

A relevância da pesquisa explica-se pela necessidade de analisar a disciplina de Sociologia enquanto ferramenta de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento de uma educação integral, onde faz-se necessário o diálogo em prol de um currículo que privilegie a autonomia e a transformação, que possibilite um redimensionamento do conhecimento, assentado em uma compreensão emancipadora de educação.

Assim, diante de uma escola que deve ser comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população brasileira, a finalidade da pesquisa é compreender o lugar da disciplina de Sociologia na formação integral dos estudantes nas escolas de Ensino Médio de Fortaleza. Especificamente pretende-se entender como os professores de Sociologia compreendem a disciplina nesse processo.

Metodologicamente, a pesquisa qualitativa mostrou-se a melhor escolha para o nosso percurso. Para essa abordagem, foram utilizados: levantamento bibliográfico, análise documental e questionários virtuais aplicados aos professores de sociologia da educação básica. Aproximadamente 20 professores responderam ao questionário, onde identificamos que todos consideram a disciplina de Sociologia essencial para a formação integral dos estudantes, contribuindo com a convivência no espaço escolar.

Destarte, faz-se necessário repensar o tipo de educação que estamos produzindo, os conhecimentos que são favorecidos e o tipo de cidadão que estamos formando. Nessa

perspectiva, a Sociologia auxilia na formação integral, assegurando que a escola seja um espaço fundamental para garantir o direito à pluralidade de conhecimentos, e principalmente, o direito a se conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações econômicas, políticas e culturais, portanto, contribuindo para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)

Compreende-se como Ensino Médio, a etapa final da Educação Básica, onde, segundo a LDB, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Brasil, um número muito significativo dos jovens das camadas populares abandona o Ensino Médio antes de sua conclusão, e o percentual de distorções entre a idade e ano escolar apropriado é ainda muito elevado, segundo dados do PNAD (IBGE, 2011). Entre os jovens que conseguem concluir essa etapa, poucos ingressam no ensino superior, a maior parte deles, por questões existenciais e de sobrevivência, passam diretamente para o mercado de trabalho, cursos técnicos, treinamentos aligeirados ou desemprego.

“Muitos jovens, principalmente os oriundos de famílias pobres, vivenciam uma relação paradoxal com a escola. Ao mesmo tempo em que reconhecem seu papel fundamental no que se refere à empregabilidade, não conseguem atribuir-lhe um sentido imediato” (SPOSITO, 2005). Assim, Oliveira (2014) reforça que os autores Florestan e Freyre convergem no pensamento, onde criticam uma perspectiva de análise e prática educacional apartada do social. “Ou seja, estes autores compreendem que a educação deve ser pensada e vivenciada em interlocução intensa com a sociedade, o que também se reverbera na prática dos professores, pensados em ambos os campos como agentes ativos nesse processo.” (OLIVEIRA, 2014, p. 35)

A contemporaneidade nos mostra muitas tensões e desafios na relação da juventude com a escola. Juarez Dayrell (2007, p.1106) alega que são “fruto de expressões de mudanças profundas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os processos de socialização das novas gerações”. As estruturas sociais estão cada vez mais complexas. A tecnologia da informação e comunicação estão modificando o comportamento das pessoas e essas mudanças devem

ser incorporadas pela escola, adotando um novo posicionamento de convivência com os conhecimentos e com os estudantes.

Logo, a escola precisa estar atenta para a condição juvenil atual, sua cultura, suas demandas e necessidades próprias, pois os jovens apresentam distintas identidades culturais, religiosas, de gênero e diferentes valores familiares. “É a escola que tem que ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca”. (DAYRELL, 2007, p.1107).

O conceito de juventude, no senso comum, refere-se a um ciclo ou a um quase não ciclo de vida, definido mais por uma passagem entre a infância e a condição de adulto. Já no campo das ciências sociais, autores como Dayrell (2004), Pais (1990), Carrano (2009) debatem sobre o conceito de juventude para além do ciclo etário, refletindo sobre identidades, trajetórias e condições e relações sociais entre gerações. Assim, concebem a juventude como uma condição sócio, histórico e cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas várias dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de outros significantes, produzindo uma pluralidade de culturas juvenis ou muitas juventudes.

Nesse estudo, a análise da disciplina de sociologia enquanto ferramenta de ensino e aprendizagem para a juventude é essencialmente relevante, à formação integral dos estudantes. O ensino médio, etapa onde iniciam o contato com a disciplina, coincide com um período durante o qual se espera que o jovem faça a transição necessária à vida adulta. “Nesta perspectiva, as Ciências Sociais potencializam uma compreensão ampla do mundo social e a formação do “novo homem” exigido pela sociedade da época” (JINKINGS, 2007, p.116).

A Sociologia apresenta um histórico de intermitência de sua inclusão como disciplina obrigatória no ensino médio, apesar dos conhecimentos sociológicos, conforme Fernandes (1954, p.92), serem muito importantes para “munir os estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade”. Florestan Fernandes (1954, p. 92) ressalta:

De todas, a preocupação comum – e esse é o escopo do ensino de sociologia na escola secundária – é estabelecer um conjunto de noções básicas e operativas, capazes de dar ao aluno uma visão não estática nem dramática da vida social, mas que lhe ensine técnicas e lhe suscite atitudes mentais capazes de levá-lo a uma posição objetiva dos fenômenos sociais, estimulando-lhe o espírito crítico e a vigilância intelectual que são social e

psicologicamente úteis, desejáveis e recomendáveis numa era que não é mais de mudança apenas, mas de crise profunda e estrutural.”

Os anos 1930 é marcado pela institucionalização da Sociologia, havendo uma grande produção de trabalhos e manuais de Sociologia, passando a ser apontada como uma ciência capaz de esclarecer as relações sociais e de renovar a formação intelectual. Ao longo dos anos, a disciplina saiu e voltou ao currículo do Ensino Médio diversas vezes, logo, com a aprovação da Lei nº 11.684, as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram incluídas novamente no Ensino Médio de forma obrigatória. A partir desse momento, buscou-se sistematizar a identidade pedagógica para a disciplina.

O primeiro passo foi a definição dos princípios epistemológicos: a desnaturalização e o estranhamento. Onde estranhar é o ato de espantar-se, é não achar normal, não se conformar perante fatos novos e, inclusive, situações conhecidas que fazem parte da vida do observador. Já a desnaturalização é a capacidade de entender que os fenômenos sociais não são de origem natural, que a vida em sociedade é dinâmica, em constante transformação. Assim, os primeiros autores responsáveis pela elaboração dos livros exerceram papel fundamental na institucionalização da disciplina, por meio dos quais se formaram os primeiros portadores do conhecimento sociológico. Simone Meucci (2011, p.122) aponta:

Elegeram os temas, teorias e conceitos da disciplina nova, reuniram e apresentaram métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica, traduziram pequenos trechos de textos inéditos e, sobretudo, acolheram as expectativas em relação à contribuição do novo campo de conhecimento.

Nesse sentido, os manuais e livros didáticos influenciam diretamente na condução da disciplina, onde refletir sobre o currículo escolar, sua elaboração e pressupostos é uma forma de compreender a educação como prática social, exigindo uma análise sociológica. Logo, o currículo é considerado um “artefato social e cultural” (MOREIRA e TADEU, 2011, p.13). Atribui-se à educação escolar a concretização dos fins sociais e culturais de socialização, onde o currículo é a instrumentalização concreta que faz da escola este espaço social, que deve proporcionar, aos estudantes, condições para melhor entender o mundo em que vivem e nele operar. Conforme Sacristán (2000, p.15) “O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos

jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas”.

Tomaz Tadeu (2011, p.14) vai adiante informando que “o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social”. Ele é uma “questão de saber, poder e identidade” (Tadeu, 2002, p.148). Assim, a cultura escolar é, na verdade, arbitrária e de natureza social, impõe e define os saberes necessários, reforça hierarquia de conhecimentos, tem caráter controlador e padronizador.

O campo do conhecimento, as avaliações e o que avaliam e privilegiam passaram a ser o currículo oficial imposto às escolas, que têm a capacidade de influenciar práticas culturais e modos de pensamento da classe dominante e possui uma eficácia social muito forte. Bourdieu (2015, p.45) declara que “o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”. Logo, conforme Althusser argumentava (apud TADEU, 2011, p.29) “a educação constituiria um dos principais dispositivos através do qual a classe dominante transmitiria suas ideias sobre o mundo social, garantindo assim a reprodução da estrutura social existente”.

“Em toda disputa por conhecimentos estão em jogo disputas por projetos de sociedade” (ARROYO, 2013, p.38). Portanto, as tensões vividas nas últimas décadas no território do currículo e da docência vêm da diversidade de culturas, saberes, racionalidade, concepções de sociedade, de identidades que explodem nas escolas públicas. O autor alega que é preciso lutar por “novas políticas de currículo, de avaliação, de valorização, atreladas a novos projetos de sociedade, de ser humano, de vida, de justiça e dignidade” (ARROYO, 2013, p.38).

E complementa afirmando que “deve-se questionar os conhecimentos tidos como necessários, inevitáveis, sagrados, confrontando-os com outras opções por outros mundos mais justos e igualitários, mais humanos, menos segregadores dos coletivos que chegam às escolas públicas”. Dessa forma, é preciso trazer a história das resistências, das lutas de terra, espaço e moradia, das formas de emancipação e de construção de outras relações sociais. Adorno (1995, p. 183) afirma, também, que faz-se necessária “[...] uma educação para a contradição e para a resistência”, que promova momentos de

reflexão ao que é (im)posto pela indústria cultural como algo bom, “verdadeiro” e, portanto inquestionável.

As diversas resoluções que fixam diretrizes curriculares têm avançado muito na incorporação de concepções críticas de educação, mas tem dificuldade de inovar nas formas de organização dos conhecimentos. Assim, mantém conhecimentos superados, fora da validade e descompassados com as modificações sociais e as profundas transformações da natureza. Portanto, resistem à incorporação de indagações e conteúdos vivos, que vem da dinâmica social e da própria dinâmica do conhecimento.

É dever dos docentes ampliar os currículos para enriquecê-los com novos conhecimentos que ajudem os educandos a entender-se e entender os determinantes do seu viver. Pois, os professores são profissionais da garantia de direito à pluralidade de conhecimentos. “E o primeiro direito ao conhecimento de todo ser humano é a de se conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais” (ARROYO, 2014, p. 161). Os estudantes devem ter o direito a narrar como se veem, abrindo espaço para as suas narrativas ignoradas, aprofundando, assim, as formas históricas de pensá-los e avançando para um sistema escolar que não reproduza a lógica segregadora.

A ênfase no conhecimento escolar justifica-se, assim, por ser a escola um espaço privilegiado de construção e de reconstrução dos conhecimentos historicamente produzidos. Na escola, o currículo – espaço em que se concretiza o processo educativo – pode ser visto como o instrumento central para a promoção da qualidade na educação. É por meio do currículo que as ações pedagógicas se desdobram nas escolas e nas salas de aula.

A respeito dessa questão é preciso afirmar uma identidade para a Sociologia, ressaltar suas diferenças e suas contribuições para os alunos do Ensino Médio. É exatamente essa percepção específica que indica a identidade da Sociologia e fornece sentido como disciplina, não seus conteúdos em si mesmos. Assim, mais que discutir infundáveis conceitos, temas e teorias, o fundamental é o desenvolvimento da percepção e imaginação sociológica. O ensino de sociologia não se prende aos resultados dos cientistas sociais, nem ao resumo das obras. Conforme Sarandy (2001, p.4):

Mais que discorrer sobre uma série de conceitos, a disciplina pode contribuir para a formação humana na medida em que proporcione a problematização da realidade próxima dos educandos a partir de diferentes perspectivas, bem como pelo confronto com realidades culturalmente

distantes. Trata-se de uma apropriação por parte dos educandos, de um modo de pensar distinto sobre a realidade humana, não pela aprendizagem de uma teoria, mas pelo contato com diversas teorias e com a pesquisa sociológica, seus métodos e seus resultados.

Dessa maneira, a proposta da educação integral não se resume em aprender os diversos conteúdos programáticos, mas em promover uma formação crítica e participativa, fazendo com que o aluno seja capaz de pensar, refletir, discutir e propor soluções para as problemáticas da atualidade. O ensino médio torna-se o momento ideal para a consolidação da formação humana e integral, onde a escola exerce o papel primordial de prepará-los para serem cidadãos livres, emancipados e responsáveis, capazes de lidar com a sociedade atual.

Os sistemas educativos devem prever a omnilateralidade, com formação humana integral e diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, assegurando a permanência dos mesmos na escola, até a conclusão da Educação Básica.

No Brasil, foram realizadas significativas investidas a favor da Educação Integral. Por essência o tema educação integral é intensamente vasto. Portanto, diferenciar educação integral de escola em tempo integral se faz pertinente. Quando esse termo é utilizado para institucionalizar o processo de formulação da escola surge certa confusão conceitual entre escola em tempo integral e educação integral, pois são duas categorias que se entrelaçam. A simples ampliação do tempo escolar não garante uma efetivação de uma educação integral, já que este modelo visa a emancipação, cidadania e autonomia dos sujeitos. A extensão do horário escolar, por si só, não garante a qualidade e eficácia do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial.

Partindo dessa ótica, a educação integral pressupõe um modelo de ensino que considera o estudante não apenas na dimensão cognitiva e sim numa esfera multidimensional do ser humano; abrangendo, também, as competências socioemocionais. Essa concepção é embasada por propostas educacionais que visam reconhecer o aluno como um todo e não um ser fragmentado. “Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”. (CIAVATTA, 2014, p.190). Isa Guará (2006, p.16) complementa:

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio

indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. Ao colocar o desenvolvimento humano como horizonte, aponta para a necessidade de realização das potencialidades de cada indivíduo, para que ele possa evoluir plenamente, conectando as diversas dimensões do sujeito: cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica.

Já a educação em tempo integral, que está relacionada à ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, aumento da jornada escolar, poderá possibilitar à valorização e aplicação de iniciativas educacionais extra escolares vinculadas à vida em sociedade. Ela se configura como uma ampliação do tempo escolar diário, porém, esse tempo não deve ser utilizado somente na forma de horário disciplinar. Esta ampliação comportaria um processo educativo pensado segundo outras premissas, realizado por atividades, oficinas, experiências, onde os alunos pudessem trabalhar, não só com os saberes, mas com práticas extracurriculares, elementos artísticos, esportes, saúde, meio ambiente, tecnologia, direitos humanos, formação profissional.

Ao analisar a legislação que regulamenta a educação no Brasil, percebe-se que a preocupação com a qualidade da educação e a permanência dos jovens nas escolas vêm se intensificando. Inicialmente analisamos a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), que embora não tenha sido encontrado os termos, educação integral e tempo integral; o artigo 205¹ trata como dever do Estado e da Família oferecer educação voltada para o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. No artigo 206² encontramos referência à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber

¹ **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

² **Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

(inciso II), além do pluralismo de ideias (inciso III). Percebe-se, então, uma estreita relação entre o que prevê a Constituição Federal e a proposta da educação integral.

Nessa perspectiva, a LDB é a mais importante lei brasileira referente à educação, contendo 92 artigos, onde em seu parágrafo 2º do art. 1º assegura que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Já em seu art. 26, afirma que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM seguem a mesma direção, em seu artigo 5º complementa a LDB, orientando que o ensino médio deve se basear na formação integral do estudante, na educação em direitos humanos, na orientação para trabalho e pesquisa e que estes sejam entendidos com princípios educativos. Em seu inciso VIII, propõe uma base curricular que considera como eixos estruturantes:

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio - PCNEM corroboram com essa perspectiva ao considerar a necessidade de se priorizar, na educação:

o desenvolvimento de competências tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais, tendo como foco o aprimoramento do educando como pessoa humana, auxiliando-o a desenvolver valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que está inserido, na formação ética e no desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, na sua integração ao mundo do trabalho e no desenvolvimento das competências para continuar aprendendo (BRASIL, 2000, p.10).

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto das aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, tem como pilar pedagógico, dois fundamentos: o compromisso com a educação integral e o foco no desenvolvimento de competências. Ao estabelecer a formação e o desenvolvimento humano global como um de seus fundamentos, a BNCC assume uma “visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto, nos aspectos biopsicossociais e afetivos”. (BRASIL, 2017,p.14)

Dessa forma, educação integral, não apenas em tempo integral, pressupõe uma perspectiva humanística e omnilateral, compreendendo um currículo escolar voltado para a formação humana como forma de luta política e de emancipação, de reflexão mais ampla e crítica da realidade. Um desafio central dessa visão qualitativa da educação é superar a fragmentação, a abstração, o conteudismo e a massificação que predomina nos currículos escolares. Essa superação passa por dar notoriedade e intencionalidade à dimensão socioemocional, que tem sido apartada da aprendizagem.

Assim, promover o desenvolvimento pleno requer considerar, também, o desenvolvimento das competências socioemocionais. Essa temática tem inspirado estudos que articulam áreas como a educação, psicologia e sociologia. Conforme o Instituto Ayrton Senna (2015), entende-se por competências socioemocionais:

“Capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para se relacionar consigo mesmo e os outros, compreender e gerir emoções, estabelecer e atingir objetivos, tomar decisões autônomas e responsáveis, e enfrentar situações novas de maneira construtiva e criativa. “

Logo, acredita-se que a Sociologia tenha um papel fundamental nesse processo, pois apresenta um arsenal teórico e metodológico importante para trabalhar a formação integral, que busca garantir ao estudante o direito a compreensão das relações sociais implícitas a todos os fenômenos, abrangendo a integração entre as competências cognitivas e socioemocionais. Seja qual for o conteúdo escolhido para o trabalho, ele será sempre um meio para se atingir um fim, que é o desenvolvimento da perspectiva sociológica. Diante de mudanças velozes que transformam o capitalismo mundial e atingem todas as esferas da vida em sociedade, essa ciência é desafiada a repensar e recriar conceitos. Nise Jinkings (2007, p.114) alega que “a sociologia é uma ciência que tem a singularidade de se questionar o tempo todo, repensando princípios e teorias,

produzindo novas interpretações da vida social, recriando polêmicas e embates metodológicos”.

A autora complementa que “Tendo como objeto a vida em sociedade nos seus movimentos e em transformação constante, o pensamento sociológico guarda relação complexa com as condições de existência social e com os desafios e necessidades práticas dos seres humanos, em diferentes momentos de sua história” (JINKINGS, 2007, p.116). Inclusive, contribuindo na redução da violência nas escolas. Pois ela abre espaço para um debate pedagógico, instaura um respeito ao outro que pode ajudar a diminuir a violência, onde se desenvolve a construção de uma cidadania, cuja base seja o respeito e a ética da solidariedade.

Nesse processo, “o fortalecimento da autonomia e da criatividade docente é importante, pois os professores vêm tentando, que os conhecimentos do currículo de Ensino Médio incorporem as inovações de cada área” (ARROYO, 2014, p.54); através de reorganizações curriculares mais adaptadas à pluralidade juvenil, à sociedade contemporânea e à própria dinâmica do conhecimento. Desse modo, Arroyo (2014) complementa que:

“A abordagem sociológica é fundamental, não apenas em termos de conteúdos a serem lecionados, mas na capacidade de impactar o docente na sua prática pedagógica, pois o professor passa a analisar a alteridade, a heterogeneidade e a diversidade sociocultural dos alunos em uma sala de aula, procurando relacionar os conteúdos à realidade discente, de forma que atendam às demandas dos jovens, suas angústias, percepções e leituras de mundo, muitas vezes maculadas de preconceitos e senso comum. Em uma mesma turma há várias histórias de vida, exigindo um exercício constante e sensível da alteridade.”

Desenvolver e construir nos estudantes um olhar para o outro que indique que o próprio olhar não é a única forma de perceber o mundo, apenas uma referência que contribui para enxergar a realidade. “Ao mesmo tempo, pelas suas conceituações e reflexões, desvenda contradições, singularidades e universalidades constitutivas da realidade social, que implicam possibilidades de crítica e de transformação desta mesma realidade.” (JINKINGS, 2007, p.116)

Conforme Florestan Fernandes (1954, p.54), o ensino da sociologia tem como função “estabelecer noções básicas e técnicas capazes de levar o aluno a uma posição crítica e objetiva dos fenômenos sociais, recomendável em uma era de mudanças; contribuir para as relações humanas, facilitando a compreensão e a tolerância e suavizando os conflitos”.

Metodologicamente, a pesquisa qualitativa mostrou-se a melhor escolha ao nosso percurso, pois permite um contato direto com a situação a ser pesquisada, além de permitir criatividade do pesquisador em relação ao uso de técnicas de investigação, segundo Damasceno e Sales (2005) “o que difere nessa prática de investigação é a criatividade do pesquisador no que se refere ao uso da técnica, ao olhar investigativo, à sua relação com os sujeitos e a apreensão dos trajetos dos pesquisados”. Para essa abordagem, foram utilizados alguns instrumentos metodológicos mais condizentes com nosso interesse de pesquisa, a saber: levantamento bibliográfico, análise documental e questionários virtuais aplicados aos professores de sociologia da educação básica.

O levantamento bibliográfico foi realizado através de artigos científicos que abordam o tema. A seleção dos artigos baseou-se na conformidade dos assuntos com os objetivos deste trabalho.

A análise documental apresentou a sua pertinência mediante nosso desejo de nos debruçarmos sobre os documentos utilizados como fundamento na elaboração das referidas propostas, anteriormente citadas, e essa será a primeira etapa a qual tencionamos nos dedicar. De acordo com Flick (2009, p.234) “os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação”. Essa etapa constou dos documentos e leis que versam sobre a educação, como a Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio - PCNEM, bem como os guias e relatórios do Instituto Ayrton Senna.

Utilizamos, ainda, questionários que foram aplicados online, para os professores da disciplina de Sociologia, contendo questões de múltipla escolha, para os dados quantitativos e questões dissertativas, visando recolher a informação como o pesquisado a percebe e a exprime.

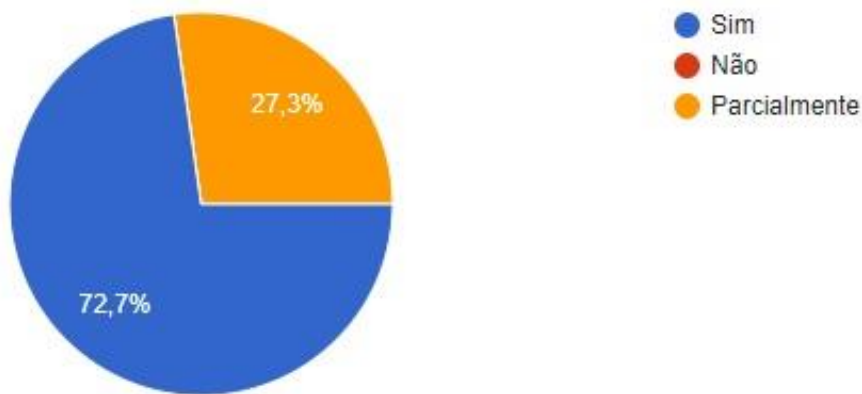
Discorreremos sobre os resultados através da esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos. Conforme os dados coletados de, aproximadamente 20 professores, que responderam ao questionário, todos consideram a disciplina de Sociologia essencial para a formação integral dos estudantes, contribuindo com a convivência no espaço escolar. Ressaltam, ainda que os estudantes concebem a disciplina atraente e interessante, mas ainda há grande desvalorização dentro da escola, o que atribuem a histórica intermitência da

Sociologia no currículo do Ensino Médio e ao fato de muitos professores não terem formação na área.

A quase totalidade dos entrevistados conhecem a proposta pedagógica da educação integral e tomam a disciplina importante para o processo (gráfico 1). Afirmam introduzir as competências socioemocionais no seu planejamento de aulas, auxiliando na compreensão de processos sociais básicos de cooperação, competição e conflitos. Inclusive, cerca de 40% dos professores lecionam, também, componentes curriculares que abordam a temática; como Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais - NTPPS, Projeto de Vida e Formação para Cidadania e desenvolvimento das Competências Socioemocionais.

Assim, a escola hoje consiste em um espaço de construção do sujeito na sua plenitude. Cabe a ela o importante papel de desenvolver nos estudantes, as competências cognitivas e socioemocionais, contribuindo para que o jovem tenha condições de estabelecer um projeto para a sua vida, saindo da escola com plenas condições de prosseguir no ensino superior ou no mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Você conhece a proposta pedagógica de educação integral?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2020.

Nessa perspectiva, a Sociologia potencializa a formação do homem exigido pela sociedade contemporânea, auxiliando na formação cidadã dos alunos, que é um dos objetivos do Ensino Médio. Assegurando que a escola seja um espaço fundamental para garantir o direito à pluralidade de conhecimentos, e principalmente, o direito a se

conhecer, a se saber no mundo, na história, nas relações econômicas, políticas e culturais, portanto, contribuindo para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, faz-se necessário repensar o tipo de educação que estamos produzindo, os conhecimentos que são favorecidos e o tipo de cidadão que estamos formando. O campo do conhecimento é dinâmico e a sociedade está em constante mutação, logo as escolas precisam acompanhar essa dinâmica e fortalecer uma educação integral, privilegiando o pleno desenvolvimento dos estudantes, onde as metas para a aprendizagem devem estar centradas em desenvolver as potencialidades do sujeito e, para tal, devem estar expressas no currículo escolar. Fortalecendo uma educação articulada com a juventude e suas identidades, memórias, culturas e demandas específicas. Para Weller (2014, p.141), “a convivência no espaço escolar, os componentes curriculares com todos os seus limites, as atividades que extrapolam o contexto das aulas, assim como as relações com os profissionais da educação, são elementos constitutivos para a construção de projetos de vida pessoal, profissional e acadêmico.”

Nesse processo é importante reconhecer os docentes e alunos sujeitos da produção de conhecimentos, não meros transmissores-aprendizes do conhecimento hegemônico (ARROYO, 2014, p.56). Significa reconhecer ambos como atores da ação educadora, que trazem consigo experiências vividas, suas histórias, suas origens social, racial, de gênero, suas visões de mundo e de si mesmos. Assim são produtores de conhecimento, que devem ser incorporados nos currículos, reconhecendo que toda experiência social produz conhecimento.

Concluimos, que precisamos, também, refletir sobre o uso do tempo pedagógico e os espaços em que estas atividades ocorrem. A preocupação deve estar apoiada, também, e principalmente, na qualidade das atividades pedagógicas que são ofertadas e desenvolvidas ao longo de todo o tempo escolar. Para que isso se torne uma realidade, a escola precisa ter consciência do seu papel social e realizar um planejamento voltado para as especificidades de cada realidade, de acordo com as características do seu

entorno e o público que atende, identificando as suas expectativas e anseios.

Portanto, acreditamos que o ensino de Sociologia permite visualizar a escola e as relações que se constroem no seu interior com olhares diferenciados, principalmente no que diz respeito à difusão, compreensão e debates em torno dos conteúdos, assuntos e temáticas trabalhados nas escolas. Trata-se de enriquecer e contextualizar esses conhecimentos em diálogo horizontal, contribuindo, assim, significativamente com a formação integral do educando, para uma aprendizagem que busca desenvolver a compreensão dos processos de sociabilidade humana em âmbito coletivo e individual.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Currículo, **Território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel. Repensar o Ensino Médio: Por quê? In: DAYRELL, CARRANO E MAIA (orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2011.
- CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**: Belo Horizonte, v.23, nº 1, p.187-205, 2014.
- DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo. Juventude e ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL et al (orgs). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- DAYRELL. J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>
- DURKHEIM. E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- FERNANDES, F. O ensino de sociologia na Escola Secundária brasileira. **Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo, 1954.
- FLICK, UWE. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. In: **Educação integral, cadernos CENPEC**, nº 2, 2º semestre, p. 15-27, 2006.

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, 2007.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011. 169 p.

MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. Educação e pensamento social brasileiro: alguns apontamentos a partir de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 15-44, 2014.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SARANDY, Flávio. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio em Espaço Acadêmico. **Revista Eletrônica Mensal**, Ano I, nº. 05, outubro de 2001.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. (Org.); GONÇALVES, Danyelle Nilin. (Org.). **A Sociologia na educação básica**. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2017. v. 1. 402p.

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SPOSITO, Marília. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

WELLER, Wivian. Jovens no Ensino Médio: Projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, CARRANO E MAIA (orgs.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.